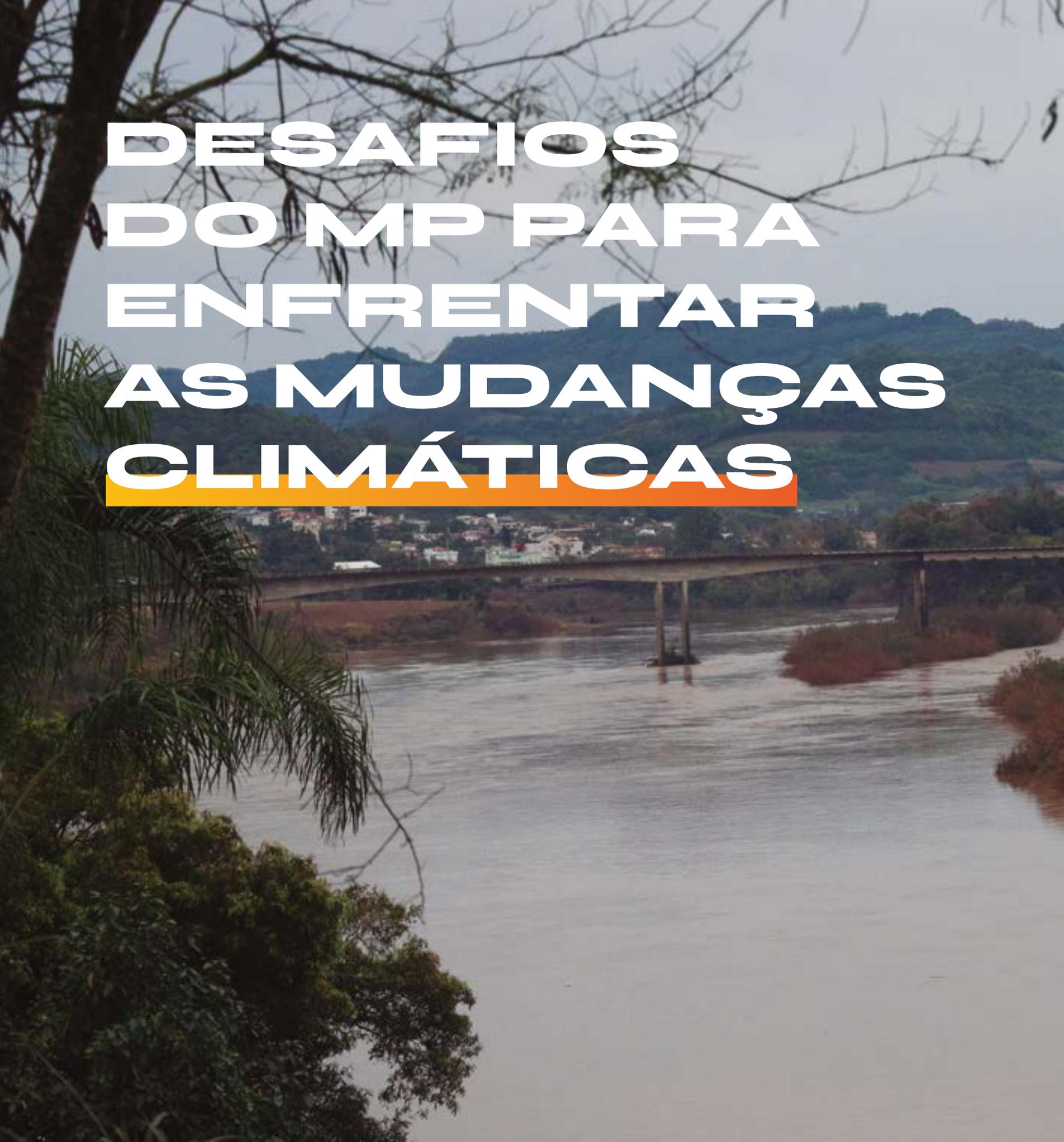
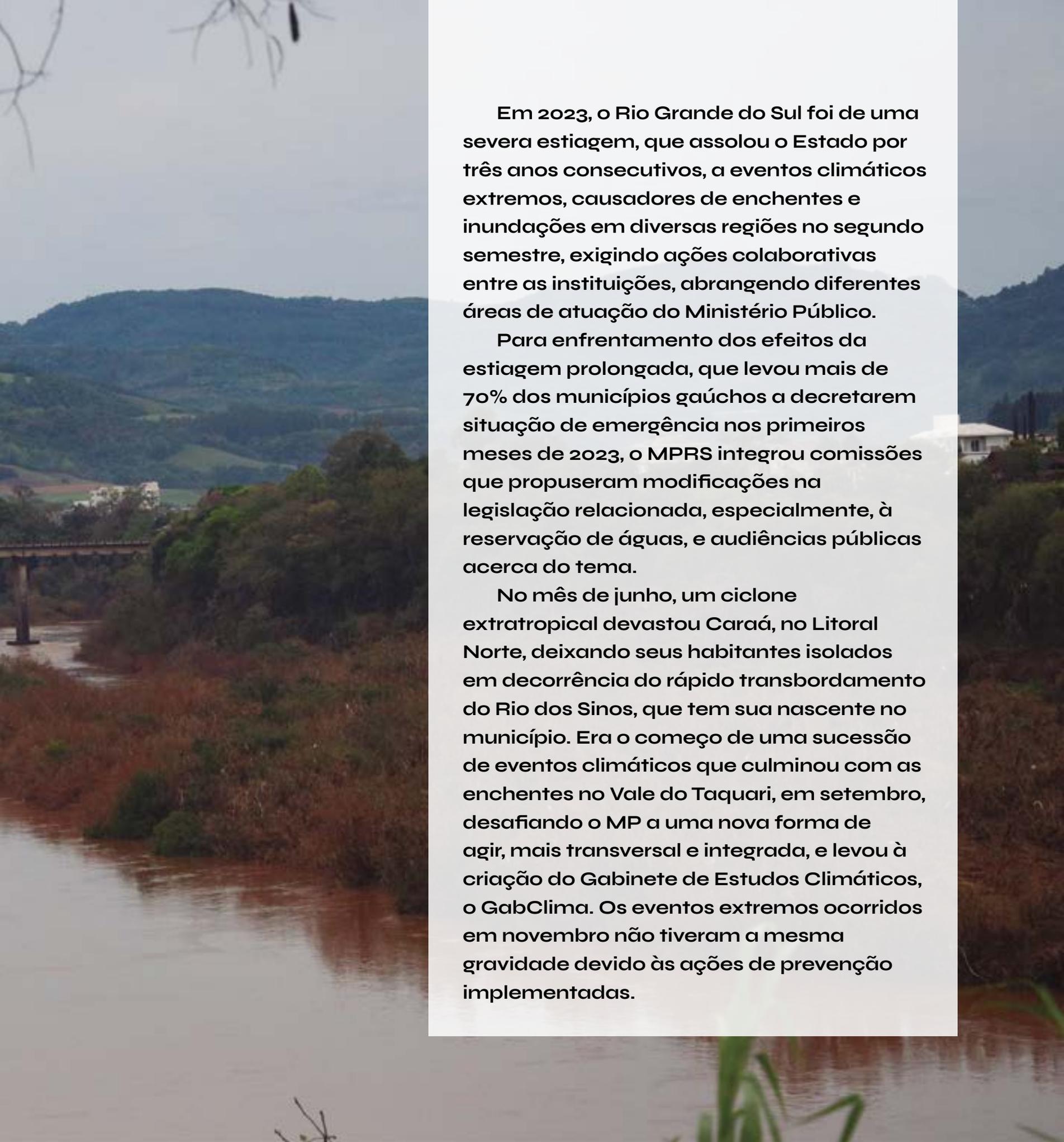


DESAFIOS DO MP PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS





Em 2023, o Rio Grande do Sul foi de uma severa estiagem, que assolou o Estado por três anos consecutivos, a eventos climáticos extremos, causadores de enchentes e inundações em diversas regiões no segundo semestre, exigindo ações colaborativas entre as instituições, abrangendo diferentes áreas de atuação do Ministério Público.

Para enfrentamento dos efeitos da estiagem prolongada, que levou mais de 70% dos municípios gaúchos a decretarem situação de emergência nos primeiros meses de 2023, o MPRS integrou comissões que propuseram modificações na legislação relacionada, especialmente, à reservação de águas, e audiências públicas acerca do tema.

No mês de junho, um ciclone extratropical devastou Caraá, no Litoral Norte, deixando seus habitantes isolados em decorrência do rápido transbordamento do Rio dos Sinos, que tem sua nascente no município. Era o começo de uma sucessão de eventos climáticos que culminou com as enchentes no Vale do Taquari, em setembro, desafiando o MP a uma nova forma de agir, mais transversal e integrada, e levou à criação do Gabinete de Estudos Climáticos, o GabClima. Os eventos extremos ocorridos em novembro não tiveram a mesma gravidade devido às ações de prevenção implementadas.

ENCHENTES NO VALE DO TAQUARI: ATUAÇÃO ESTRATÉGICA E INTEGRADA



Desde o dia do evento climático extremo ocorrido em 4 de setembro de 2023 no Vale do Taquari, que resultou na morte de 52 pessoas e deixou outras 17 mil desabrigadas, além de diversos impactos ambientais, econômicos e sociais, o MPRS se fez presente em todos os espaços de socorro possíveis, a fim de prestar auxílio às vítimas, bem como apoiar e orientar as administrações municipais, as equipes da Defesa Civil regional e dos municípios e de assistência social. Com enfoque preliminar e emergencial, o trabalho foi de interlocução em questões de ajuda humanitária.

Além da atuação institucional na região e junto à força-tarefa formada por instituições e órgãos de Estado para definir ações estratégicas de auxílio às vítimas do desastre natural, por meio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, e dos Centros de Apoio Operacional, em especial, de Defesa do Meio Ambiente e de Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, foi designado um promotor de Justiça com atuação regional para acompanhar de perto o trabalho, também realizado por promotores de Justiça dos municípios atingidos: Encantado, Roca Sales, Muçum, Arroio do Meio, Lajeado, Cruzeiro do Sul, Estrela e Colinas.

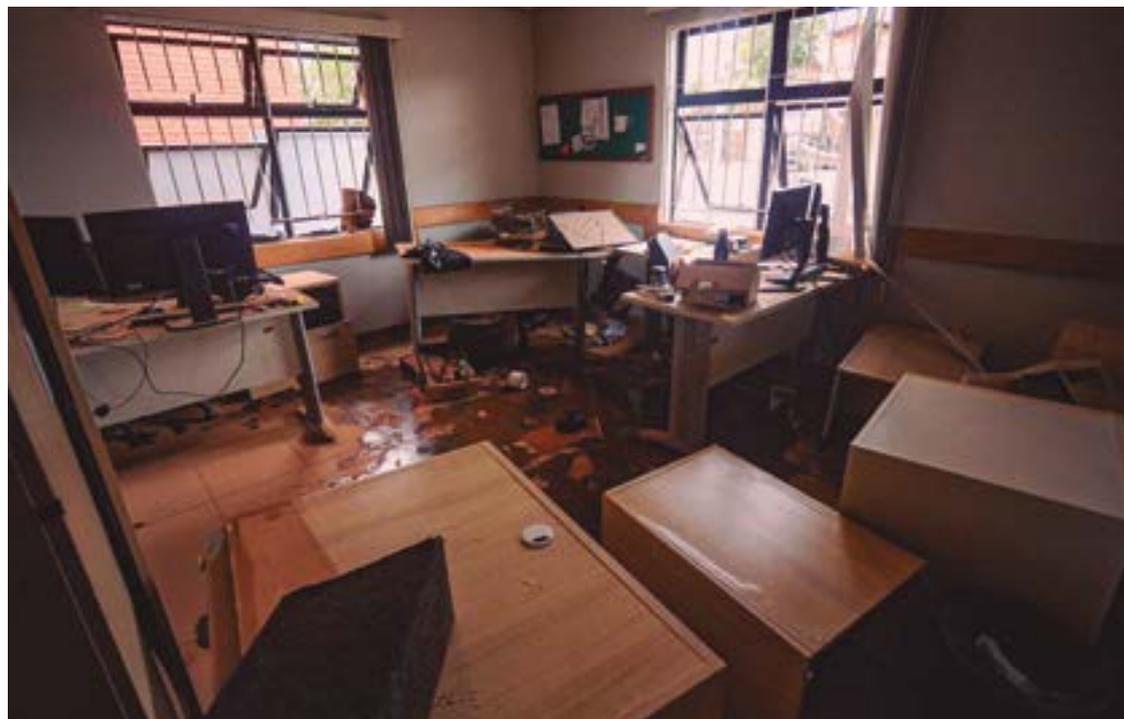
O MPRS se reuniu ainda com os prefeitos e equipes técnicas dos municípios com o intuito de verificar as interfaces das necessidades locais e as capacidades dos serviços. Nesse mesmo

sentido, a instituição se fez representada nos encontros periódicos da câmara temática criada pela Coordenadoria Regional de Saúde e também pela Defesa Civil regional.

Havia necessidade urgente de solucionar questões relacionadas a estruturas de Defesa Civil, situação de apoio, acolhimento e abrigo para as pessoas desalojadas, restrições a serem observadas na reocupação de áreas de risco, projetos habitacionais, emergenciais e de longo prazo, além de constante interlocução com as famílias atingidas. Com o mesmo propósito, o Ministério Público articulou ações com a Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de diagnosticar as capacidades de apoio desse órgão ao Vale do Taquari, resultando em cursos com os integrantes do programa Médico Sem Fronteiras, para qualificar o atendimento às vítimas.

PROMOTORIA DE ENCANTADO ALAGADA –

Assim como diversos prédios públicos, a Promotoria de Justiça de Encantado foi inundada e passou a atender a população, vítima de uma catástrofe sem precedentes, em um posto instalado no Centro Administrativo do município. Os servidores, que fizeram um mutirão para limpar e recuperar as instalações, foram homenageados com a Ordem do Mérito, maior honraria concedida pelo MPRS.



CEDÊNCIA DE VEÍCULOS E DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FRBL PARA RECONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

Vinculado ao Ministério Público e gerido por um conselho composto por representantes do MPRS, do Executivo Estadual e de entidades sociais, o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) – leia mais na página 119 – destinou, em caráter emergencial, R\$ 5 milhões para obras de reconstrução de prédios públicos nos municípios assolados pelas enchentes.

Além disso, de imediato, o MPRS cedeu veículos ao Estado para o transporte de pessoas e donativos, e o seu ônibus, equipado para atendimento ao cidadão em eventos e ações institucionais, foi enviado para utilização como unidade móvel pela Defesa Civil para auxílio à população de Roca Sales, uma das cidades mais castigadas pela catástrofe.



A close-up portrait of a woman with shoulder-length grey hair, smiling warmly. She is wearing a bright pink top and a black and gold patterned strap across her chest. The background is a blurred outdoor setting with other people.

**O Ministério Público
é feito de pessoas
para a **Darlene****

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE DOAÇÕES - Com a coordenação da Assessoria de Relações Públicas, membros e servidores do Ministério Público se mobilizaram em uma campanha de arrecadação de doações para as famílias desabrigadas pelas enchentes, imediatamente após o evento climático.

ACORDOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS NO PAGAMENTO DE ÁGUA E LUZ

Diante do cenário de extrema crise, que deixou em torno de 5 mil famílias desabrigadas no Vale do Taquari, o MPRS articulou acordos para a concessão de benefícios como isenção, diminuição ou postergação do pagamento das contas de energia elétrica e água para pessoas afetadas pelas cheias nos sete municípios atingidos pelas inundações.

Pelo acordo com a Corsan, assinado apenas 11 dias após a passagem do ciclone que causou as enchentes, residências e comércios dos municípios ribeirinhos diretamente impactados, ficaram isentos da cobrança por qualquer consumo de água registrado, no período de 30 dias. Para as unidades com cadastro atualizado no benefício da Tarifa Social junto à Assistência Social dos municípios e à concessionária, o prazo de isenção foi de 90 dias.

Ainda no mês de setembro, com mediação do Ministério Público, foi assinado acordo com a Rio Grande Energia para suspender o corte no fornecimento de energia elétrica por inadimplência. Ficou acertada ainda a

possibilidade de parcelamento de faturas vencidas, além do bloqueio de cobranças de dívidas para pagamentos realizados até 30 de novembro de 14 mil unidades consumidoras atingidas por inundações na região. A medida permitiu também o encerramento do contrato retroativamente ao dia da tragédia no caso da residência usuária do sistema não ter condições de ser habitada.



INVESTIGAÇÃO DAS CAUSAS PARA PREVENÇÃO DE NOVOS DESASTRES

A fim de diagnosticar possíveis causas, responsabilidades e analisar possibilidades de prevenção aos desastres climáticos e medidas estruturantes maiores, o MPRS, por meio da Promotoria de Justiça Regional na Bacia Hidrográfica dos Rios Taquari e Antas, instaurou expedientes divididos em três grandes eixos de atuação temática, mais estratégica:

- Um inquérito civil busca promover o mapeamento e a identificação das causas da potencialização das enchentes que assolaram a região do Vale do Taquari, bem como avaliar medidas imediatas, de curto e de médio prazo a serem tomadas pelos municípios atingidos, em conjunto ou isoladamente.
- Foi instaurado também um procedimento de acompanhamento administrativo (PA) relacionado a aspectos e medidas emergenciais de ajuda humanitária.
- Outro PA tem como objetivo acompanhar as medidas estruturantes referentes aos planos diretores, planos de contingência e planos de bacia.

Para 2024, estão previstas diversas ações no âmbito dos expedientes instaurados, visando o completo esclarecimento do ocorrido na região, bem como a verificação das possibilidades de aprimoramento e prevenção referentes a futuras mudanças climáticas no Vale do Taquari.

REPLANEJAMENTO URBANO DAS CIDADES ATINGIDAS PELO DESASTRE CLIMÁTICO

O Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, em apoio à Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, com atribuição regional, e às Promotorias de Justiça da região do Vale do Taquari, articulou ações para enfrentar os problemas de moradia das famílias

desalojadas pelas cheias, bem como organizar as medidas necessárias para o replanejamento urbano das cidades.

A partir do levantamento fotográfico e territorial do impacto das cheias realizado nas visitas técnicas, está em processo de elaboração material técnico multidisciplinar para subsidiar as ações nas Promotorias.



MPRS CRIA GABINETE DE ESTUDOS CLIMÁTICOS

Criado em novembro de 2023, o Gabinete de Estudos Climáticos, o GabClima, é um órgão de assessoramento do procurador-geral de Justiça que atua na identificação de vulnerabilidades e no apontamento das necessidades para o enfrentamento das questões relacionadas às mudanças climáticas, adaptando o Ministério Público a essa nova realidade.

Trata-se de um espaço para estudos, orientações e trocas de quem vivencia o meio ambiente, que tem como objetivo uma

base de dados consistente sobre o tema. As informações, sistematizadas a partir da parceria com universidades, sociedade civil, governo do Estado, prefeituras e centros de pesquisa, deverão subsidiar a atuação em temas sensíveis, como mapeamento de áreas de risco e implementação de políticas públicas.

Para coordenar o GabClima, foi designada uma procuradora de Justiça reconhecida nacionalmente pela extensa trajetória na área do direito ambiental.

Leia o
Provimento:



**Informações sistematizadas
vão subsidiar implementação
de políticas públicas**

SEMINÁRIO NO MPRS DEBATE DESAFIOS PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Desde os eventos climáticos que atingiram o Estado em setembro, o MPRS assumiu o protagonismo no enfrentamento das questões atinentes ao tema e, nos dias 22 e 23 de novembro, realizou o seminário “Realidade das Mudanças Climáticas: os desafios da governança e da reconstrução”. Representantes do Ministério Público brasileiro, governadores, prefeitos e acadêmicos, entre outros atores, se

reuniram para tratar de temas como as perspectivas climáticas para o Rio Grande do Sul; a relação ciência, clima e previsibilidade; a gestão de riscos geológicos; emergências climáticas e desastres urbanos; administração de crises e a articulação do MPRS com os poderes públicos e sociedade; e licenciamento ambiental e sua interface com as Políticas Nacional e Estadual de Mudanças Climáticas.



Entre as ações concretas do evento, o MPRS e o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) firmaram termo de cooperação com objetivo de empregar esforços conjuntos para o enfrentamento das questões decorrentes das mudanças climáticas no âmbito regional, visto que os dois Estados enfrentam os mesmos eventos.

**Assista ao 1º dia
do evento:**



**Assista ao 2º dia
do evento:**



CARTA DE PORTO ALEGRE

No encerramento do seminário, foi lançada a Carta de Porto Alegre, uma construção coletiva que retrata a realidade dos eventos climáticos e aponta propostas de encaminhamento para minimizar os impactos e prevenir novos desastres. No documento, os participantes do seminário reconhecem os esforços envidados pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como pela sociedade civil, no enfrentamento da crise humanitária causada pelos eventos climáticos extremos que têm assolado o território nacional.

Os autores da carta destacam a importância de ações envolvendo investimentos, criação de coordenações regionais,

democratização da informação, elaboração de protocolos baseados em evidências científicas, estruturação de órgãos, combate ao desmatamento e à ocupação das áreas de risco e de áreas de proteção ambiental, entre outros.

Ao final, a Carta de Porto Alegre ressalta a importância do Ministério Público brasileiro em “contribuir para a promoção de sinergia entre os poderes públicos e a sociedade civil na busca de soluções adequadas para superação de todas as fases de enfrentamento dos desastres, inclusive com a criação de estruturas administrativas especializadas e a realização de eventos/capacitações em todos os Estados da Federação”.

Acesse a carta:



CARBONO DA SEDE INSTITUCIONAL

Um dos compromissos do Gabinete de Estudos Climáticos é **zerar a emissão de carbono da sede institucional**. Para isso, no âmbito do GabClima, foi assinado em dezembro um protocolo de intenções com o Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (ILADES), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto SENAI de Tecnologia em Couro e Meio Ambiente, do SENAI-RS, para a realização do inventário de emissões de gases de efeito estufa produzidos pelas atividades do Ministério Público em sua sede institucional.

O protocolo prevê a criação de um grupo de trabalho para a proposição e desenvolvimento dos projetos, que serão baseados no Programa Brasileiro GHG2 Protocol. Trata-se de um pacote de padrões, orientações, ferramentas e treinamentos para que empresas e governos mensurem e gerenciem as emissões causadas pela atividade humana, responsáveis pelo aquecimento global.

ACORDO DE PARIS - O compromisso de neutralizar a emissão de gases de efeito estufa é a contribuição do MPRS para o cumprimento da meta assumida pelo Brasil em 2021 - ampliando a que havia se comprometido no Acordo de Paris de 2015 - de reduzir em 50% as emissões até 2030 e alcançar a neutralidade até 2050.

A close-up portrait of a young Black man with a friendly smile. He has short, dark hair, a goatee, and is wearing a dark blue t-shirt. He has several piercings: a nose ring, a lip ring, and two ear piercings. He is wearing metal braces on his teeth. The background is a blurred indoor setting with warm, orange and green tones.

**O Ministério Público
é feito de pessoas
para o **Douglas****

ATUAÇÃO EM DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

Em 2023, o
MPRS instaurou

449 novas investigações relacionadas a
ordem urbanística e questões fundiárias

Ainda:

18 ações civis públicas propostas

14 recomendações expedidas

25 acordos extrajudiciais firmados

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS URBANAS EM VIAMÃO

O MPRS em Viamão assinou termo de cooperação com a UFRGS, PUCRS, UNISINOS, ULBRA e Prefeitura Municipal com objetivo de realizar projetos e estudos técnicos de regularização fundiária de interesse social de áreas urbanas e públicas no município. O projeto **Agora a Casa É Minha** teve início em 2023, a partir da constituição de grupo de trabalho coordenado pelo Ministério Público, que atua na articulação e no apoio técnico-institucional.

Já estão em execução os projetos urbanísticos e de regularização fundiária a partir do mapeamento, serviços técnicos de geodésia, cartografia, topografia, bem como o levantamento do cadastro social dos moradores dos núcleos urbanos informais a serem regularizados.



SANEAMENTO BÁSICO PARA UNIDADES DE BAIXA RENDA

No âmbito do **Programa RESsanear**, o projeto de cobrança pela disponibilidade da rede de esgotamento sanitário do tipo separador absoluto prevê o acompanhamento da aplicação da Resolução AGERGS 35/2016, tanto quanto ao positivo impacto no aumento das ligações prediais à rede coletora de esgoto, quanto com relação à destinação das verbas decorrentes do recolhimento da cobrança para a ligação de unidades de baixa renda. Em 2023, o valor arrecadado a título de cobrança pela disponibilidade da rede de esgotamento sanitário pelas empresas BRK Ambiental e Corsan foi superior a R\$ 13 milhões.

Ainda, por meio do Eixo III do RESsanear, a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico é acompanhada pelas Promotorias de Justiça, para fins de observar os objetivos e metas definidos na legislação de saneamento básico. No ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional da Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do MPRS realizou a análise técnica do conteúdo de 31 planos, resultando em pareceres com diretrizes a serem adotadas pelos respectivos municípios na adequação e/ou revisão dos planos.



FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O **Programa Morada - Moradia Adequada** do MPRS tem como objetivo fomentar a atuação das Promotorias de Justiça nos municípios com mais de 100 mil habitantes em relação a políticas públicas voltadas à habitação de interesse social. Até o final de 2023, a iniciativa lançada em outubro de 2022 impulsionou a instauração de 29 expedientes com o intuito de verificar a situação e acompanhar os Sistemas Municipais de Habitação de Interesse Social (SMHIS), bem como integrá-los ao planejamento urbano das cidades. Também, no âmbito do programa, membros do Ministério Público atuam para regularização fundiária das ocupações caracterizadas por população de baixa renda, quando cabível.



ATUAÇÃO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Em 2023, o MPRS ofereceu

701

denúncias por crimes ambientais

Iniciou

1.493

novas investigações em defesa do meio ambiente

Ainda:

248

ações civis públicas ajuizadas para buscar indenização por atividades danosas ao meio ambiente

897

acordos extrajudiciais firmados

79

recomendações expedidas

COMBATE AO DESMATAMENTO

■ **MAPBIOMAS MPRS** - A partir do MapBiomias, sistema de validação e refinamento de alertas de desmatamento no solo brasileiro, o Ministério Público gaúcho idealizou o Projeto Institucional MapBiomias MPRS, com o escopo de combater o desmatamento no âmbito do Estado. Como ação efetiva, em 2023, foram encaminhados 2.192 alertas às Promotorias de Justiça, zerando o passivo de alertas de supressão de vegetação existentes na Plataforma do MapBiomias Alerta, no território do Rio Grande do Sul, disponibilizados até setembro de 2023. O objetivo é desencadear medidas civis e criminais para enfrentar essas lesões ao meio ambiente, além de provocar os órgãos de fiscalização municipais, estadual e federal para adoção de providências administrativas.

■ **OPERAÇÃO MATA ATLÂNTICA EM PÉ 2023** - De 16 de novembro a 1º de dezembro, a Operação Mata Atlântica em Pé 2023, coordenada pelo MPRS com a participação de outros órgãos de proteção ambiental, localizou pelo menos 1.610 hectares de desmatamento com um total de multas aplicadas superior a R\$ 12 milhões. Ainda que os dados não estejam consolidados, detectou-se uma significativa redução nos índices de supressão de vegetação nativa. A operação é realizada desde 2019, com a utilização da tecnologia da Plataforma MapBiomias.

PROTEÇÃO DE NASCENTES

Assegurar a disponibilidade de água de boa qualidade para todos é um desafio para as sociedades contemporâneas. Essa é a premissa do Projeto Proteção de Nascentes, desenvolvido pelas Promotorias de Justiça Regionais da Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí e da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.

■ **BACIA DO RIO IJUÍ** – Na Bacia do Rio Ijuí, o MPRS busca o desenvolvimento de ações de conservação ambiental, abrangendo especialmente a proteção, a preservação e a recuperação de nascentes e do seu entorno, entre outras questões de relevância ambiental. Para viabilizar a iniciativa, foram firmados termos de convênio com os municípios que integram a bacia, Corsan e Universidade Federal Fronteira Sul – Campus de Cerro Largo, envolvendo os cursos com interface com a proteção do meio ambiente.

■ **BACIA DO RIO GRAVATAÍ** – A ausência de informações atualizadas sobre as condições ambientais das nascentes na Bacia do Gravataí levou à implementação do projeto, inicialmente no município de Viamão, a partir de termo de cooperação assinado com campus local do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Mapear as nascentes e as suas áreas de proteção permanentes; caracterizar os meios físico e biótico e criar banco de dados georreferenciado estão entre os objetivos gerais da iniciativa. A expectativa é estender o projeto aos demais municípios que integram a bacia hidrográfica.

■ **BACIA DO RIO CAÍ** – No âmbito da Promotoria Regional da Bacia Hidrográfica do Caí, o **Projeto Água para o Futuro** teve continuidade com a celebração de termo de cooperação operacional entre o MPRS e o Município de São Francisco de Paula. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Campus São Francisco de Paula presta colaboração técnica para a implementação do projeto, atuando na caracterização das nascentes, identificação da vegetação, da fauna, análise da qualidade da água e na colocação de marcos no entorno das nascentes. Inicialmente, o trabalho é voltado para as nascentes localizadas em áreas de preservação permanente (APPs) da zona urbana.

DECISÕES EM ACPs

■ **SUSTENTABILIDADE** - Julgando procedente pedido do MPRS em ação civil pública, a Justiça condenou, em outubro, a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD) a ressarcir o Município de Porto Alegre e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) por danos ao erário municipal desde 2016 até a efetiva implementação do sistema de logística reversa (retorno dos produtos após o uso pelo consumidor), conforme prevê o acordo setorial firmado e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A ABAD também deve apresentar, em 180 dias, plano de trabalho de implantação da logística reversa de embalagens no município.

■ **PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL** - O MPRS ajuizou ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul, a fim de tutelar o patrimônio cultural e natural, em decorrência da extinção da Fundação Zoobotânica. A Justiça considerou parcialmente procedentes os pedidos, vedando a transferência de qualquer bem do patrimônio do Jardim Botânico ou do Museu de Ciências Naturais, bem como a rescisão de acordo ou contrato que implique serviço ou atividade de educação ambiental, preservação dos acervos ou pesquisa científica das duas instituições. Também proibiu o desmembramento da gleba e determinou o conserto e a manutenção de um muro divisório, arbitrando multa pelo descumprimento.

■ **LEILÃO DE ÁREAS VERDES EM ERECHIM** - A pedido do MPRS em Erechim, em ação civil pública, a Justiça decretou a nulidade da lei municipal que desafetava (mudava a destinação de bem) áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como de espaços livres de uso público, dentro de loteamentos/desmembramentos aprovados no município. Desta forma, proibiu o leilão de 81 áreas verdes e determinou ao Município que dê regular destinação aos imóveis irregularmente desafetados, conforme projeto original de loteamento e/ou de acordo com as necessidades da população local.

AÇÃO PARA COIBIR PERTURBAÇÃO SONORA NO LITORAL

O MPRS e a Brigada Militar assinaram protocolos de atuação conjunta com a finalidade de coibir, nas praias do Litoral Norte e do Litoral Sul/Lagoa dos Patos, o uso abusivo de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, em especial, com amplificadores, em locais e horários impróprios. O documento prevê a apreensão dos equipamentos de som com volume acima do permitido. Já para os veículos que utilizam sistema de som para propaganda, a indicação é que as prefeituras apliquem as legislações municipais existentes sobre o tema.



“UM ÓRGÃO PÚBLICO QUE PODE AJUDAR A GENTE”

Vítima do evento climático extremo que assolou o Vale do Taquari no dia 4 de setembro de 2023, Cassiano Gasparini teve que sair às pressas de sua casa no município de Encantado com a esposa, Elisete Fernandes, a filha, Ana Luíza, de 9 anos, e os cachorros. A família foi para um abrigo, onde permaneceu sete meses após a tragédia que deixou 52 mortos. Lá, Cassiano conheceu o promotor de Justiça designado para acompanhar as questões referentes às enchentes na região.

Esta não foi a primeira enchente que atingiu a casa de Cassiano, mas desta vez os estragos foram tão grandes que não bastou as águas baixarem para que pudesse retornar com a família. Além disso, ele perdeu o emprego em decorrência de um dos maiores desastres climáticos do Estado. Cassiano encontrou novamente o promotor, que atuou na articulação entre as instituições para que a situação adversa das famílias fosse pelo menos atenuada. “Eu me abri com ele, conversei tudo o que estava acontecendo, e continuei falando com ele, e ele com o prefeito, até que entraram em um acordo e começaram a reforma da casa”, conta.

“O Ministério Público é um órgão que pode ajudar a gente, que tem como recorrer, conversar e as coisas acontecem, não ficam apenas no papel. Na verdade foi uma salvação, eu consegui conversar com uma pessoa (o promotor) que me deu atenção.”



APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA ASSISTIR AO VÍDEO